

Privatização do metrô prejudicará a população

Governo Alckmin e a direção da Cia. do Metropolitano de SP já lançaram o edital para conceder a exploração da Linha 4 - Amarela para a iniciativa privada, se propondo a pagar seus prejuízos, durante 30 anos

A entrega da nova linha do metrô paulistano para o setor privado afetará diretamente a vida dos cidadãos. Os trens irão circular sem operadores de trem e os bilheteiros serão eliminados das estações, porque toda a operação será automatizada. A quantidade de agentes de estação e seguranças também cairá drasticamente, resultado do modelo de administração das empresas privadas.

Seu maior interesse é lucrar, e por isso a redução de custos é inevitável, principalmente por meio da extinção de postos de trabalho e acúmulo de funções. Conseqüentemente, haverá queda da qualidade da prestação de serviços.

Outro problema é que os concursos públicos deixarão de existir e os treinamentos para os admitidos pelo metrô privatizado serão superficiais – ao contrário do que acontece hoje. E mais uma vez, conseqüentemente, os prejudicados serão os cidadãos.

O metrô que é hoje considerado o melhor serviço público prestado na cidade, segundo pesquisa da Associação Nacional de Transporte Público (ANTP) divulgada no início de fevereiro, poderá se equiparar ao transporte por ônibus, que tem a pior avaliação e o maior índice de rejeição, devido à sua ineficiência, falta de segurança e comodidade.



A venda do nosso metrô

O contrato de privatização da Linha 4 – Amarela define que o governo estadual investirá US\$ 922 milhões, ou 73% do total dos recursos, enquanto a iniciativa privada entrará com apenas US\$ 340 milhões, ou 27%, com garantia de rendimentos. Caso a arrecadação tarifária não atinja a meta estabelecida, Alckmin deixará para o próximo governo a responsabilidade de pagar a diferença do lucro prometido.

Aqui é importante informar que na Linha 5 – Lilás (Largo Treze/Capão Redondo) a estimativa era de transportar 180 mil passageiros por dia, mas hoje apenas 60

mil usuários passam por lá.

Fora isso, o governo de nosso estado abrirá mão dos rendimentos da utilização comercial do espaço do metrô e seus arredores, por lojas e shoppings, por exemplo.

Ora, se o governo estadual vai investir a maior parte do valor do empreendimento e ainda pagará o prejuízo da empresa privada, há mesmo razões para jogar o metrô de São Paulo nas mãos do setor privado? A impressão que fica é que esta iniciativa é apenas um passo para a privatização de todo o sistema de transporte metroviário da cidade.

Bilhete Único: tem que ser bom para todos!

O Bilhete Único trás conforto e praticidade para o usuário, qualidades que sempre foram defendidas pelos metroviários. Mas não concordamos com a forma que o governo Alckmin e o Metrô estão implantando este benefício. Veja: o Metrô pretende contratar uma empresa privada para fazer a recarga do Bilhete Único dentro das estações, ao invés de aproveitar a mão-de-obra já existente na empresa. Com isso, ficaremos impossibilitados de

controlar a qualidade do serviço prestado, sem contar que o dinheiro que poderia ser investido na melhoria do metrô será transferido para a iniciativa privada. Os concursos públicos deixarão de existir, impedindo a contratação de novos funcionários para o Metrô, permitindo a contratação de mão-de-obra barata, sem direitos e condições dignas de trabalho. Além dos trabalhadores, quem terá prejuízos será a população.

Opinião do Sindicato

Mais metrô, público e estatal

Somos favoráveis à ampliação da malha metro-ferroviária da cidade, pois isso significa desenvolvimento e progresso para São Paulo e toda a região metropolitana, além da ampliação do direito a um transporte seguro, rápido e de qualidade. Mas não concordamos com os meios utilizados pelo governo do estado para alcançar tal fim. As empresas privadas visam o lucro, independente do que devem fazer para tanto.

Contudo, a preocupação do Sindicato não se restringe ao fato de o estado subsidiar uma empresa privada às custas dos cofres públicos (conforme edital da concessão da linha 4 – Amarela), mas principalmente à falta de preocupação do governo com a segurança e a prestação de um serviço público, estatal e com tarifas sociais.

Estamos nesta luta para defender a prestação de serviços que os cidadãos merecem e, conseqüentemente, os direitos e conquistas dos trabalhadores metroviários. Entraremos com uma ação na justiça contra a Cia. e o governo Alckmin, denunciando todas as irregularidades desta privatização, e muito ainda está por vir.

Não abriremos mão de que é nosso!

O crime das privatizações

O setor de telefonia lidera o ranking de reclamações do Procon. Em 2001, com a venda da Eletrobrás, os brasileiros sofreram com o apagão, sendo submetidos ao racionamento de energia, tendo ainda que pagar a conta do imposto contra o apagão. Em linhas gerais, estas são algumas conseqüências da privatização de empresas prestadoras de serviços públicos brasileiras.

Tudo começou em 1990, quando o ex-presidente Fernando Collor sancionou a lei que instituiu o Programa Nacional de Desestatização (PND), privatizando 33 empresas. Ao assumir, FHC usou seus oito anos de governo para privatizar 70% das empresas estatais restantes.

A Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas e tantas outras também entram neste bolo, sendo o caso da Vale o mais escandaloso, já que virou até objeto da CPI das privatizações.

O crime em SP

O governo Alckmin acabou com a Telesp, Eletropaulo, Fepasa, Banespa, Congas, CESP, CPFL, entre outras. A Telesp foi entregue para a Telefônica – grupo espanhol que pagou só R\$ 22 bilhões por um negócio avaliado em R\$ 120 bilhões, e que em apenas um quadrimestre alcançou o superávit de R\$1,1 bilhão. Agora sofremos com a prestação de um péssimo serviço de telefonia, cobranças indevidas, taxas elevadas e com seu “desatendimento” ao consumidor.

Entre os demais casos, o da AES Eletropaulo é um dos mais intrigantes, pois além de em 1998 a empresa americana ter comprado a estatal com dinheiro emprestado do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), e de três anos depois ter contribuído com o apagão por falta de



investimentos em geração e distribuição de energia (mesmo que as tarifas tenham subido 18%), em 2003 acabou perdendo 50% das empresas do sistema para o BNDES, como forma de compensar sua dívida de US\$ 1,2 bilhão com o banco. Ainda assim, em 2004, a AES fechou o ano com dívida de R\$ 5,283 bilhões.

Na Fepasa, antes da privatização, 10.026 funcionários foram demitidos, sendo que restou a São Paulo o pagamento de 50 mil aposentados, para privar a empresa deste ônus.

Já o Banespa foi leiloadado em 2000, causando grandes prejuízos, pois os investimentos sociais foram abortados e o quadro de funcionários do banco reduzido de 14 para 9 mil. Neste mesmo setor, também temos sob ameaça a Nossa Caixa Nosso Banco, que

está em pé de guerra com o governo Alckmin para impedi-lo de vender o nosso patrimônio, precarizar as relações trabalhistas e elevar o número de desempregados. A mobilização dos trabalhadores em conjunto com a sociedade já conquistou a suspensão da venda de uma subsidiária do banco, e vem conseguindo barrar outras ações neste sentido. No caminho da resistência e mobilização segue a Sabesp, que desde 1998 resiste a esta avalanche de privatizações e agora os metroviários que lutam para evitar a privatização da linha 4 – Amarela.

Desemprego

Além da transferência do patrimônio público para empresas privadas, as privatizações trazem amargas conseqüências para os trabalhadores, pois a primeira medida dos controladores privados é a demissão de quase todos os trabalhadores e a contratação de um número reduzido de empregados com salários inferiores, sem benefícios, com jornadas de trabalho exaustivas e péssimas condições de trabalho. Só a privatização das empresas federais jogaram na rua mais de 150 mil pais de famílias que passaram a fazer parte do maior índice de desemprego da história do nosso país. Em São Paulo, este número passa dos 50 mil, impondo ao estado uma estagnação que põs de joelhos a locomotiva do Brasil.

Não à privatização

Em todas as privatizações, os cidadãos, principalmente os trabalhadores, são sempre os prejudicados. Por isso, não podemos permitir que nosso patrimônio seja vendido a preço de banana, já que isso não aliviará as contas públicas e ainda prejudicará a sociedade, a exemplo dos casos citados acima.

Privatização rima com a precarização das relações trabalhistas, elevação do índice de desempregados e aumento das tarifas públicas. Vamos combatê-la. O verdadeiro dono das empresas estatais é o povo.

Porque somos contra as Parcerias Público-Privadas-PPP's



A luta do Sintaema contra a privatização dos serviços públicos, em especial do saneamento, é histórica e referência por este Brasil afora.

Defendemos o saneamento com gestão pública de qualidade, visando a universalização dos serviços, o acesso indiscriminado à água potável e o esgotamento sanitário, visto que o saneamento é um setor primordial para a saúde pública: para cada real aplicado em saneamento economiza-se 4 em saúde.

O saneamento é item fundamental para o desenvolvimento de um país, diminui drasticamente a mortalidade infantil e impulsiona o crescimento nas regiões que dispõem dos serviços básicos.

Com entrada da Parceria Público-Privada-PPP, existe uma onda de entusiasmo por parte dos governos, quando se pressupõe que a PPP vai ser a panacéia, a tábua de salvação dos problemas do setor.

Mas sabemos, com propriedade, que qualquer forma de privatização de serviços públicos, e a PPP é uma delas, não resolve as deficiências hoje encontradas, visto que o administrador privado visa o lucro, o retorno financeiro.

A PPP ou Public Private Partnerships surgiu na Inglaterra em 1993, fruto de um programa governamental de incentivo ao investimento no setor público. É a delegação, pelo setor público ao setor privado, da responsabilidade de execução e operação de determinada obra ou serviço, tal como ocorre nas concessões, sem retirar do Estado o controle das atividades.

O resultado já é conhecido: aumento exorbitante de tarifas, precariedade de serviços, prazos não cumpridos, exploração de trabalhadores, demissões e arrocho salarial.

Isto tudo porque o investidor privado precisa de lucro, ele não se atenta à demanda social, isto é função do ESTADO.

A PPP, assim como toda e qualquer modalidade de privatização, vai contra os interesses da classe trabalhadora e da população em geral.

No caso da Sabesp, mais propriamente na Estação de Tratamento de Água do Alto Tietê, a modalidade de PPP usada é a das mais vantajosas para a iniciativa privada: o parceiro privado fará

um complemento da obra existente que hoje já atende 3 milhões de pessoas e operará todo o sistema. Ou seja, aplicará um investimento mínimo, tomará conta de tudo e ainda terá sua receita garantida, independente se a água tratada será ou não consumida.

Não podemos concordar com isto, com este Estado mínimo. As parcerias só são agradáveis aos olhos dos investidores.

Estamos empenhados na luta pela realização de concursos públicos, pelo fim das terceirizações, por mais investimentos públicos nos setores de saneamento e meio ambiente, e mais especificamente, na defesa da renovação dos contratos de concessão entre a Sabesp e os municípios em novas bases, com controle social, subsídio cruzado com transparência e participação dos Poderes Constituídos na gestão do setor.

Por tudo que acreditamos e defendemos, somos contra a PPP, e conclamamos a população a estar ao nosso lado nessa luta em defesa dos direitos sociais e do patrimônio público.

Sintaema –
Sindicato dos Trabalhadores
em Água, Esgoto e Meio Ambiente do
Estado de São Paulo

